



## MINISTÉRIO DA CIDADANIA

### SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E PREVENÇÃO ÀS DROGAS – SENAPRED

**QUARTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO  
ADMINISTRATIVO Nº20/2018, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA  
NACIONAL DE CUIDADOS E  
PREVENÇÃO ÀS DROGAS E  
A COMUNIDADE ASSOCIAÇÃO DE  
ACOLHIMENTO PARA  
DEPENDENTES QUÍMICOS  
CAMINHO DA PAZ.**

A União, representada pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas – SENAPRED, órgão da Administração Pública Federal que compõe a estrutura do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 1º Andar, Sala 136, CEP 70.050-902, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.526.783/0001-65, representada pela Diretora do Departamento de Prevenção, Cuidados e Reinserção Social da SENAPRED/SEDS, **CLÁUDIA GONÇALVES LEITE**, nomeada pela Portaria nº 1.155, da Casa Civil da Presidência da República de 14/02/2019, publicada no DOU nº 33, autorizada pelo art. 2º, §1º, II da Portaria MC nº 497, de 25 de setembro de 2020, que alterou a Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, portadora da Carteira de Identidade nº M7743680 – SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 039.111.976-16, domiciliada e residente em Brasília – DF, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS CAMINHO DA PAZ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.466.505/0001-01, endereço: Estrada Marincek, Chácara Total Alegria, Zona Rural, CEP: 14.680-000, Jardinópolis, sede Ribeirão Preto/SP, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **DORA SALOMÃO CALDO**, portadora da Carteira de Identidade n.º 8.491.318-6 - SSP/SP, e inscrita no CPF sob o n.º 980.862.868-00, resolvem celebrar entre si o presente Termo Aditivo, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer Referencial nº 10/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, observando o que consta nos autos do Processo nº **08129.007455/2018-59**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste aditivo a prorrogação de vigência nos termos previstos em sua Cláusula Nona do Contrato **Nº20/2018**.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO**

2.1. Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato pelo período de **02/12/2022 a 02/12/2023**.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA — DO VALOR DO TERMO ADITIVO**

3.1. O valor total deste termo para cobrir as despesas relativas à prorrogação de vigência do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 140.667,60 (cento e quarenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos)**, cujos recursos estão consignados no orçamento da SENAPRED, UG 550009, conforme Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 (LOA 2021) e respectivos créditos suplementares.

#### 4. **CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

4.1. O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8666, de 1993.

#### 5. **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes deste aditamento contratual correrão a conta da Dotação Orçamentária, Prevista na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (LOA 2022) e no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32/2022 (<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/ploa-2023>):

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.55101.08.244.5032.20R9.0001

PROGRAMA: 5032

AÇÃO: 20R9

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39

#### 6. **CLÁUSULA SEXTA – DA ASSINATURA DIGITAL**

6.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

6.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõem declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

6.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

#### 7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO**

7.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições pactuadas no Contrato original, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo.

7.2. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado digitalmente pelas partes contratantes.

#### 8. **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

8.1. A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.2. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado digitalmente pelas partes contratantes.

CLÁUDIA GONÇALVES LEITE  
Ministério da Cidadania  
**CONTRATANTE**

DORA SALOMÃO CALDO  
Associação de Acolhimento para  
Dependentes Químicos caminho da Paz  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:****Nome:** Joana Geliane dos Santos**Nome:** Georgeane Almeida do Nascimento

CPF: 042.070.544-99

CPF: 968.999.051-91



Documento assinado eletronicamente por **Dora Salomão Caldo, Usuário Externo**, em 22/11/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Joana Geliane dos Santos, Testemunha**, em 01/12/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Georgeane Almeida do Nascimento, Assessor(a)**, em 01/12/2022, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Gonçalves Leite, Diretor(a) de Prevenção, Cuidados e Reinserção Social**, em 01/12/2022, às 22:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **12701794** e o código CRC **6B16EB97**.